



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 123/2007

Contrato para fornecimento e/ou instalação de condicionadores de ar, autorizado pelo Senhor Eduardo Cardoso, Secretário de Administração e Orçamento, à fl. 185 do Pregão n. 025/2007 que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa Reni Pasinato & Cia Ltda., em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, e pelo Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento Substituto, Senhor Rafael Alexandre Machado, inscrito no CPF sob o n. 001.244.909-13, residente e domiciliado em São José/SC e, de outro lado, a empresa Reni Pasinato & Cia Ltda., estabelecida na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o n. 05.699.006/0001-12, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por sua Representante Legal, Senhora Simone Polesello Teixeira, inscrita no CPF sob o n. 625.726.950-49, residente e domiciliada em Porto Alegre/RS, tem entre si ajustado Contrato para fornecimento e/ou instalação de condicionadores de ar, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e com o Pregão n. 025/2007, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto o fornecimento e/ou instalação de:

1.1.1. Condicionadores de ar para os Cartórios da 18ª e 85ª Zonas Eleitorais, sala reservada aos Juízes e a respectiva Central de Atendimento ao Eleitor (JOAÇABA) – desenho em anexo.

- 1 (um) aparelho tipo “split”, marca GREE, modelo GSW30-22R – para a Central de Atendimento ao Eleitor - com capacidade de 30.000 (trinta mil) BTU/h;
- 2 (dois) aparelhos tipo “split”, marca ELECTROLUX, modelo SI/SE18R – um para cada Cartório - com capacidade de 18.000 (dezoito mil) BTU/h;
- 1 (um) aparelho tipo “split”, marca ELECTROLUX, modelo SI/SE12R – para a sala reservada aos Juízes - com capacidade de 12.000 (doze mil) BTU/h;
- com unidade interna *hi wall*;
- ciclo reverso (quente e frio);
- com filtro antipó;
- compressor *scroll ou rotativo*;
- alimentação de 220V/1F/60Hz;
- controle remoto sem fio;
- deverá ser fornecida a instalação completa dos condicionadores de ar, inclusive os suportes, a fiação, o dreno, a tubulação, o gás necessário às tubulações e os demais materiais imprescindíveis ao perfeito funcionamento dos splits;
- as condensadoras dos condicionadores de ar serão instaladas na fachada lateral do prédio, conforme croqui anexo;
- a posição das evaporadoras deverá seguir o croqui anexo;
- Os canos de cobre e a fiação necessária deverão ser embutidos, exceto quando for tecnicamente inviável, sendo necessário o devido acabamento (reboco, reparação de pisos/azulejos ou acabamento em gesso e pintura apropriada com tinta similar à existente, quando necessário).

1.1.2. Condicionador de ar para os Cartórios Eleitorais de Rio do Sul (apenas entrega).

- 1 (um) aparelho tipo “split”, marca ELECTROLUX, modelo SI/SE18R – para a sala dos Juízes - com capacidade de 18.000 (dezoito mil) BTU/h, com unidade interna tipo parede (*hi wall*);
- ciclo reverso (quente e frio);
- com filtro antipó;
- compressor *scroll ou rotativo*;
- alimentação de 220V/1F/60Hz;
- controle remoto sem fio.

PARÁGRAFO ÚNICO

O fornecimento e/ou instalação do objeto obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 025/2007, de 17/09/2007, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em 17/09/2007, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento e/ou instalação do objeto deste Contrato, os seguintes valores:

2.1.1. referente ao item descrito na subcláusula 1.1.1, o valor total de R\$ 9.495,00 (nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).

2.1.2. referente ao item descrito na subcláusula 1.1.2, o valor total de R\$ 1.698,00 (mil seiscentos e noventa e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de entrega e/ou instalação é de, no máximo, 20 (vinte) dias, para o item descrito na subcláusula 1.1.1 e de, no máximo, 15 (quinze) dias, para o item descrito na subcláusula 1.1.2, a contar do recebimento, pela Contratada, deste instrumento, devidamente assinado pelos representantes do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a entrega e/ou instalação do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a qual será conferida e atestada pelo setor competente.

5.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, pelo setor competente, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.4. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS).

5.5. Os valores unitários dos equipamentos devem ser discriminados na respectiva nota fiscal/fatura, para fins de registro patrimonial, totalizando o valor cotado [para o item 1].

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente processo correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa, Elemento de Despesa 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente, Subitem 34 (itens 1 a 3) e Elemento de Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Subitem 16 (item 4).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO EMPENHO DA DESPESA

7.1. Foram emitidas as Notas de Empenho n. 2007NE001146 e 2007NE001147, em 28/09/2007, nos valores de R\$ 9.495,00 (nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) e R\$ 1.698,00 (mil seiscentos e noventa e oito reais), respectivamente, para a realização da despesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O Contratante se obriga a:

8.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Quinta deste Contrato;

8.1.2. promover, através de seus representantes, os servidores titulares da função de Chefe de Cartório da 18ª ZE (subcláusula 1.1.1) e Chefe de Cartório da 26ª ZE (subcláusula 1.1.3), ou seus substitutos, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

8.1.3. efetuar o recebimento definitivo em até 5 (cinco) dias , após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada ficará obrigada a:

9.1.1. fornecer e/ou instalar o objeto contratado no prazo e demais condições estipuladas na proposta;

9.1.2. entregar e/ou instalar os objetos nos endereços abaixo especificados, das 13h às 18h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

após recebidos e/ou instalados, os produtos/serviços serão conferidos pela fiscalização, que atestará a regularidade dos mesmos. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los ou refazer os serviços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias:

a) item descrito na subcláusula 1.1.1: Cartórios Eleitorais de Joaçaba, situados na avenida Barão do Rio Branco, n. 12, loja L2, Condomínio Portal das Avenidas, Joaçaba-SC, devendo a Contratada manter prévio contato com os respectivos Chefes de Cartório, pelos telefones: (49) 3522-1246 ou (49) 3521-1335;

b) item descrito na subcláusula 1.1.2: Cartórios Eleitorais de Rio do Sul, situado na rua Júlio Roussenk Filho, n. 265, Centro, Rio do Sul – SC, devendo a Contratada manter prévio contato com os respectivos Chefes de Cartório pelos telefones (47) 3521-4803 ou (47) 3522-7679;

9.1.2.1. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição/refazimento dos serviços de que trata a subcláusula 9.1.2 não interromperá a multa por atraso prevista na subcláusula 10.4;

9.1.2.2. em caso de substituição do objeto contratado, conforme previsto nas subcláusulas 9.1.2 e 9.1.3.2, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega.

9.1.3. prestar garantia aos equipamentos pelo período de 1 (um) ano, a contar da data do recebimento definitivo, pela fiscalização do TRESA;

9.1.3.2. substituir os equipamentos no prazo de, no máximo, 10 (dez) dias, a contar do recebimento de notificação do TRESA que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído - por ação ou omissão - o Contratante.

9.1.4. manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços;

9.1.5. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude da inadequação de materiais e equipamentos empregados;

9.1.6. fornecer todo o material, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços contratados;

9.1.7. remover, transportar e dar a devida destinação ao resíduo da obra;

9.1.8. realizar a recuperação das estruturas, paredes e pisos danificados em virtude das instalações ou do transporte dos equipamentos e dos materiais, com o emprego de materiais idênticos aos existentes nos locais, bem como proceder à limpeza dos ambientes;

9.1.9. quando da instalação, orientar os usuários sobre o funcionamento dos equipamentos, disponibilizando os respectivos manuais técnicos;

9.1.10. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante; e

9.1.11. manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 025/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

10.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedida de licitar e contratar com a União; e,
- b) descredenciada no SICAF pelos órgãos competentes.

10.2.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 10.2 são de competência da autoridade máxima deste Tribunal.

10.3. Para os casos não previstos na subcláusula 10.2 poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3.1. A sanção estabelecida na alínea “d” da Subcláusula 10.3 é de competência do Presidente do TRESA.

10.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso

injustificado na entrega e/ou instalação do objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a entrega e/ou instalação.

10.5. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na substituição do objeto durante o período da garantia, sujeitará o licitante, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a substituição.

10.6. Relativamente às subcláusulas 10.4 e 10.5, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados como inexecução total do Contrato.

10.7. Da aplicação das penalidades definidas nas Subcláusulas 10.3, alíneas "a", "b" e "c", 10.4 e 10.5 caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

10.8. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

10.9. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d" da Subcláusula 10.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

11.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, sujeita-se, a Contratada, ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

13.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e

pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 4 de outubro de 2007.

CONTRATANTE:

RAFAEL ALEXANDRE MACHADO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO SUBSTITUTO

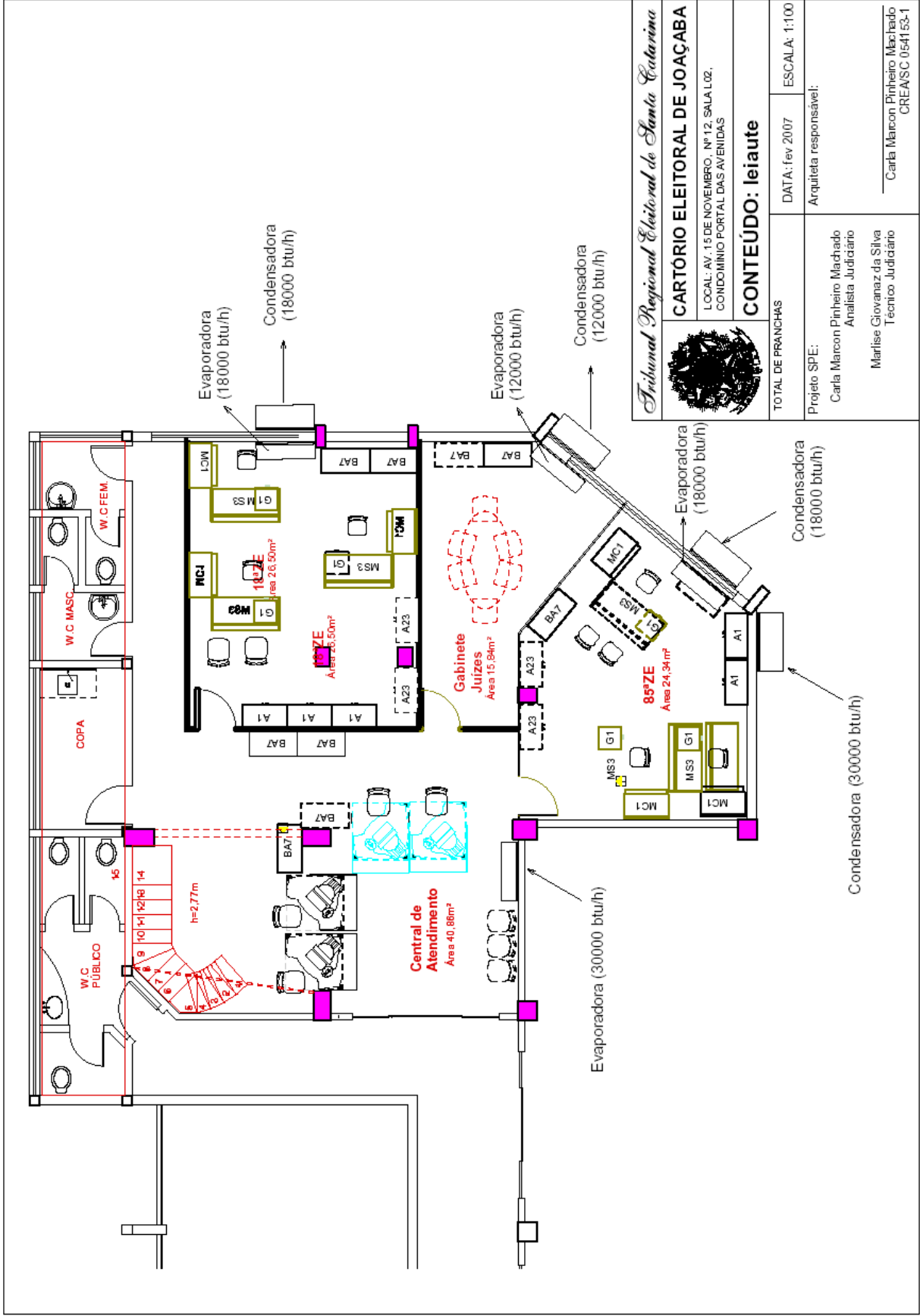
CONTRATADA:

SIMONE POLESELLO TEIXEIRA
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

SALÉSIO BAUER
COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

VALÉRIA LUZ LOSSO FISCHER
COORDENADORA DE APOIO ADMINISTRATIVO SUBSTITUTA



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CARTÓRIO ELEITORAL DE JOAÇABA

LOCAL: AV. 15 DE NOVENBRO, Nº 12, SALA L02.
CONDÔMÍNIO PORTAL DAS AVENIDAS

CONTEÚDO: leiaute

TOTAL DE PRANCHAS: DATA: fev 2007 ESCALA: 1:100

Projeto SPE: Arquiteta responsável:

Carla Marcon Pinheiro Machado
Analista Judiciário

Marlise Giovanaz da Silva
Técnico Judiciário

Carla Marcon Pinheiro Machado
CREA/SC 054153-1